

PLANO X MERCADO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: diferentes contextos e lições de quatro rodadas de um grande debate

Eduardo da Motta e Albuquerque^(*)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos cresce a relevância do debate acadêmico sobre alternativas socialistas. A queda das burocracias do Leste Europeu de certa forma contribuiu para uma retomada dos debates em torno da possibilidade (ou impossibilidade) de uma transição ao socialismo (e de suas características).

Uma característica comum aos autores que têm participado nestes debates (Blackburn, 1991; Bardham & Roemer, 1993; Adaman & Devine, 1996 e 1997; Stiglitz, 1997; Caldwell, 1997; Lo & Smyth, 2004) são as incursões na história do pensamento econômico para avaliar o significado das discussões prévias em torno do tema, em especial do chamado debate sobre o cálculo econômico no socialismo, que envolveu autores como Barone (1908), Mises (1920), Lange (1937-38) e Hayek (1940). Um aspecto interessante desses esforços é a re-interpretação dessa controvérsia à luz da teoria econômica contemporânea e de novas características do capitalismo.

Entretanto, o debate sobre o socialismo, ou de forma mais focalizada, do papel do mercado e do planejamento na construção do socialismo, extrapola o debate sobre o cálculo econômico no socialismo.

O objetivo deste artigo é discutir quatro rodadas desse debate, de forma a permitir uma avaliação mais abrangente das contribuições específicas de cada uma delas para uma elaboração contemporânea sobre o tema.

As quatro rodadas escolhidas envolvem um período que abrange quase 100 anos. A primeira rodada foi inaugurada com o artigo de Barone (1908) e posteriormente envolveu Mises, Lange e Hayek. A segunda rodada tem lugar na Rússia, no período anterior à tragédia da imposição do modelo stalinista: Preobrajensky e Bukarin são os principais interlocutores. É uma rodada pouco presente nas re-interpretações atuais. A terceira rodada, que corresponde ao período de crise e reforma na URSS, envolve Nove, Mandel e Elson. A quarta rodada, posterior ao fim da URSS, enfatiza a discussão do socialismo de mercado (Blackburn, Roemer, Adaman & Devine e Wright).

^(*) Doutor em Economia, Professor Adjunto do Cedeplar-UFMG. Endereço para correspondência: Rua Curitiba 832, sala 809, Belo Horizonte (MG), CEP 30170-120; e-mail: albuquer@cedeplar.ufmg.br.

I- UMA NOTA PRELIMINAR: A ABORDAGEM DE MARX SOBRE O SOCIALISMO

Curiosamente um autor pouco citado e discutido nessas rodadas é Karl Marx (com exceção da segunda rodada, dada a formação dos interlocutores). Essa presença frágil indica possivelmente a capacidade dos não-socialistas em organizar debates em seus próprios termos: aliás, como se verá adiante, esse talvez seja o maior mérito do modelo de Barone, um autor muito mais citado do que o próprio Marx.¹

Duas posições em relação às contribuições de Marx para o tema em questão são as mais comuns.

A primeira linha “a excessiva contenção de Marx” (Blackburn, 1991, p. 13). Em geral, há referências sobre a intervenção de Marx em relação ao Programa de Gotha.

A segunda, que vem sendo explicitada mais recentemente pela “escola austríaca” tem sugerido que Marx tem um método para discutir o socialismo. A versão mais explícita dessa interpretação é apresentada por Lavoie (1985).² Boettke (2001, p. 101-102), em um debate sobre a relação entre o “comunismo de guerra” e a elaboração marxiana (tema que será retomado na seção II), apóia-se em Lavoie para sustentar o seu argumento de que esse período é uma tentativa consciente de implementação do projeto de Marx. Lavoie sugere que “Marx conduziu a crítica da sociedade capitalista do ponto de vista do socialismo, buscando revelar com os seus estudos as características principais da futura sociedade socialista”. Essa sugestão é razoável. Mas, como relacionam-se os estudos sobre o capitalismo e o projeto da sociedade socialista? “De formas diversas, onde *Das Kapital* nos oferece uma ‘fotografia’ do capitalismo o seu ‘negativo’ nos informa sobre a visão de socialismo de Marx” (Lavoie, 1985, *apud* Boettke, 2001, p. 102).

Este artigo sugere uma terceira linha para avaliar a contribuição de Marx, na medida em que uma leitura mais cuidadosa de sua obra pode sugerir considerações importantes, em especial em termos de método.

Em primeiro lugar, Marx avalia com cuidado as propostas de criação de bônus-trabalho. O primeiro caderno dos *Grundrisse* inicia-se com uma discussão sobre o proudhoniano Alfred Damion e a reforma bancária (1857-8, pp. 37-54) e no *Para a crítica da economia política* Marx critica o sistema de bônus-trabalho proposto por John Gray (1859, pp. 67-69).³ Os estudos de Marx sobre o dinheiro são motivados em muito pelas suas críticas às propostas que definiria como utópicas.

¹ Schumpeter afirma: “...Wieser, Pareto and Barone, who were completely out of sympathy with socialism, created to all intents and purposes the pure theory of the socialist economy, and thus rendered a service to socialist doctrine that socialists themselves had never been able to render” (1954, p. 986).

² A abordagem de Lavoie (1985) é apresentada por Boettke (2001). A interpretação de Boettke dessa abordagem é a utilizada aqui.

³ Marx critica a proposta de “bônus-trabalho” como um “...desejo piedoso de desembaraçar-se do dinheiro, e com o dinheiro, do valor de troca, com o valor de troca, da mercadoria, e com a mercadoria, da forma burguesa de produção” (1859, pp. 68-9).

Em segundo lugar, na *Crítica do Programa de Gotha*, Marx explicita o peso da herança da sociedade capitalista para o início da transição ao socialismo: a construção do socialismo não é realizada “a partir da sua própria base”, mas “de uma base que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, por tanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual o selo da velha sociedade de cujas entranhas precede” (1875, p. 231).

Em terceiro lugar, em *O Capital* há referências dispersas sobre a fase pós-capitalista como uma “sociedade de homens livres” (Marx, 1867, p. 87), “homens livremente associados” (pp. 88-89), mas para tanto “a sociedade precisa de uma base material” (p. 88-89). A ênfase na livre associação é importante aqui: por um lado explicita o papel da democracia (antítese do modelo stalinista), por outro lado sugere uma pré-condição para o “controle consciente e planejado” sobre o processo de produção material (pp. 88-89).

Em quarto lugar, Rosdolsky (1968) interpreta a abordagem de Marx sobre o socialismo a partir de dois pontos. Por um lado, “rechaçando toda especulação sobre o futuro socialista na medida em que não se trata de inventar sistemas acabados, derivados de ‘princípios eternos de justiça’ e de ‘leis imutáveis da natureza humana’” (p. 457). Por outro lado, Marx ao mesmo tempo em que rechaça alternativas quixotescas, indicaria que “só se pode falar de uma futura nova formação social, de uma ordem socialista, na medida em que se possa descobrir germes já visíveis dessa nova formação na história transcorrida até o momento e em suas tendências evolutivas” (p. 457). Nessa linha, Rosdolsky explica o surgimento de *O Capital* em função do desejo de Marx de “levantar provas da necessidade e da possibilidade da grande revolução” (p. 458).

Entre os “germes já visíveis”, Rosdolsky destaca as hoje muito citadas passagens dos *Grundrisse* acerca do papel da maquinaria e da aplicação da ciência à produção como condição para a superação da “base mesquinha” para a criação da riqueza representada pelo sobre-trabalho da grande maioria da população. Essa visão sobre tecnologia desenvolvida no interior do capitalismo como uma base para a construção do socialismo será importante objeto de debate no século XX (a discussão de Habermas sobre a “ciência e tecnologia como ideologia é uma referência importante”). Na verdade, uma parte do desenvolvimento tecnológico do século XX aponta para uma situação mais complexa e contraditória, dado o potencial diretamente destrutivo gerado por esse progresso (armamentos, em especial de origem nuclear) e dos impactos sobre o meio ambiente impostos pela operação dos “mecanismos de focalização do progresso tecnológico” sob o capitalismo.⁴

⁴ Uma referência a Freud contribui para estabelecer a abrangência dessa discussão, além da contradição e da incerteza quanto ao seu resultado. Freud (1931, p. 194) elabora sobre o confronto entre a pulsão de vida e a pulsão de morte e indaga ao final de *O mal-estar na civilização*: “A questão fatídica para a espécie humana parece-me saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição... Agora só nos resta esperar que ... o eterno Eros ... desdobre suas forças para se afirmar na luta contra o seu não menos mortal adversário”. Quando Hitler passou a ser uma ameaça real, Freud adicionou uma frase final: “Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado?”

Nessa linha de identificação de “germes visíveis” da nova sociedade no interior da sociedade capitalista, é necessário anotar ainda a interpretação de Marx sobre um possível papel das sociedades por ações (“máximo do desenvolvimento capitalista”, p. 332) na transição para a “propriedade dos produtores associados”. Uma visão um pouco ingênua, já rediscutida por Engels em longa nota no terceiro volume de *O Capital* e cuja interpretação mais adequada foi posteriormente trabalhada por Hilferding.

Desta forma, ao contrário das duas posições mais correntes na literatura (“excessiva contenção” ou “negativo do capitalismo”), uma leitura mais cuidadosa de Marx e Rosdolsky oferece uma interpretação mais fundamentada e interessante. Essa linha de interpretação será utilizada na conclusão deste trabalho.

II- PRIMEIRA RODADA: O CÁLCULO ECONÔMICO NO SOCIALISMO (1908-1945)

Barone (1908) inicia a primeira rodada. Seu trabalho localiza-se em um esforço mais abrangente de crítica às alternativas socialistas. Pareto (1902), uma importante influência sobre Barone, escreveu um livro abrangente sobre o tema. Barone utiliza os desenvolvimentos das teorias de equilíbrio para discutir a possibilidade da organização socialista da economia. No texto, escrito com ironia, Barone contrasta o equilíbrio em uma sociedade individualista com o equilíbrio em um “regime coletivista”, que vai construindo passo a passo de acordo com o figurino walrasiano. Ao longo do texto, na medida em que vai apresentando as diversas equações de equilíbrio no regime coletivista, Barone faz reaparecer “as categorias econômicas do velho regime” (p. 73) presentes no equilíbrio da sociedade individualista (salários, capital, lucro, renda, juros, poupança, quebra de empresas etc).⁵ O resultado dessa estratégia de Barone é a afirmação de que “o sistema de equações do equilíbrio coletivista é idêntico ao do equilíbrio competitivo” (p. 64). A solução do sistema de equações para o regime coletivista “seria um trabalho tremendo – gigantesco – mas não uma impossibilidade” (p. 71). Para tanto, “seria possível coletar as preferências individuais (*individual schedules*) para todas as séries de equivalentes, incluído o prêmio pelo adiamento de consumo” (p. 71). A dificuldade seria decorrente do grande número de bens e indivíduos que deve ser levado em conta, o resto é apenas “um problema muito simples de equações lineares” (p. 71). Na conclusão, Barone explicita o objetivo polêmico de sua elaboração: “a partir do que foi aqui apresentado e demonstrado, fica óbvio quão fantásticas são essas doutrinas que imaginam que a produção em um regime coletivista seria ordenada de uma maneira substancialmente diferente da ‘anarquia’ da produção” (p. 73).

⁵ Entre os seus comentários, Barone sugere incorretamente que a teoria do valor de Marx (p. 65) propunha a a retribuição completa do produto do trabalho. Como é conhecido, Marx criticou o Programa de Gotha nesse aspecto (Marx, 1875).

No segundo texto importante dessa rodada, Mises (1920) não menciona a elaboração de Barone. Conforme Boettke (2001, p. 135) esclarece, “a experiência soviética com comunismo de 1918 a 1921 influencia diretamente o argumento sobre o cálculo apresentado por Mises”. Nove (1992, p. 68) sistematiza as características distintivas do período do “comunismo de guerra”: “nacionalização de praticamente toda a indústria”, “alocação estatal de praticamente toda a produção”, “abolição do comércio privado”; “tomada dos excedentes camponeses” por requisições forçadas, “eliminação parcial do dinheiro nas relações entre o estado, suas organizações e cidadãos”. Carr (1953, v. 2, p. 246) ressalta esse ponto: “a característica financeira do comunismo de guerra foi a virtual eliminação do dinheiro da economia”.

Essa característica distintiva do “comunismo de guerra” define a principal linha de argumentação de Mises: sistemas que dispensam um sistema monetário sólido tornam impossível qualquer cálculo econômico (1920, p. 77). Mais adiante, Mises afirma que “o socialismo é a abolição da racionalidade econômica” (p. 80).

Essa contextualização da elaboração de Mises é importante, até porque ela é, de certa forma, retomada em debates mais recentes. Boettke (2001), por exemplo, chega a afirmar que o modelo do comunismo de guerra deve ser interpretado como uma “tentativa consciente e deliberada de implementar a utopia de Marx” (2001, p. 114). A dinâmica do comunismo de guerra pode ser avaliada com detalhe nas obras de Nove (1992), Cohen (1973), Lewin (1974) e Carr (1953), que apresentam interpretações bastante distintas da de Boettke. O comunismo de guerra pode ser descrito como um regime econômico bastante singular, com uma dinâmica de funcionamento própria, cuja lógica decorre da introdução das requisições forçadas dos excedentes da produção camponesa (e da decorrente desmonetização da economia por ela imposta) e que termina com o fim dessas requisições (e pela conseqüente remonetização da economia).

No terceiro texto, Taylor (1929), também sem referências ao trabalho de Barone (e nem ao de Mises), apresenta uma elaboração bastante similar. Taylor propõe para a solução do problema da “imputação” (“como avaliar a importância relativa no processo de produção de cada fator básico”) o método da tentativa e erro (pp. 50-54). Dessa forma, conclui no artigo, “nosso estado socialista” poderia encontrar as soluções necessárias (p. 54). Assim como em Barone, as bases da solução são as mesmas do equilíbrio geral.

Hayek entra no debate em 1935 ao editar a coletânea *Collectivist economic planning*. Hayek (1935a) avalia o debate até aquele momento, indicando Mises (p. 143) como o ponto de partida para todas as discussões sérias sobre a economia do socialismo.⁶ Nessa coletânea, através de um artigo que visa apresentar o estado do debate (Hayek, 1935b), Hayek discute a solução de Taylor (pp. 152-158), apresentando as dificuldades para o método de tentativa e

⁶ Hayek (1935a, p. 144) cita Weber em apoio à tese de que “cálculos *in natura*” não ofereceriam uma base racional para a solução da questão. Isso revelaria uma persistência do espectro do “comunismo de guerra” nas intervenções dos economistas austríacos?

erro: a utilização dos preços relativos legado pelo capitalismo como ponto de partida e as dificuldades para acompanhar as infinitas mudanças nos valores relativos.

Lange (1937-1938), em resposta a Hayek, propõe a sua própria periodização do debate. Elabora uma resposta explícita às objeções de Mises e à interpretação de Hayek, utilizando a elaboração de Barone e emendando-a com o método de tentativa e erro de Taylor. Barone é citado favoravelmente. O comentário sarcástico de Schumpeter (1954, p. 986) sobre um não-socialista como autor da “teoria pura da economia socialista” deve ser levado a sério. O espírito do tempo era inteiramente a favor das intervenções de Lange, e o próprio Schumpeter, em seu livro que enfaticamente previa o fim do capitalismo (1942, p. 87) e a viabilidade do socialismo (p. 215), é responsável pelo juízo final do debate: “não há nada errado com a lógica pura do socialismo” e “a única autoridade negadora que precisamos mencionar é o Professor L.von Mises” (p. 221). Hayek (1945, p. 90) apresenta uma reprimenda a Schumpeter, acusando-o de ser autor do “mito” de que Pareto e Barone teriam resolvido o problema do cálculo socialista.

Talvez o mais importante sub-produto desta rodada é a contribuição da escola austríaca para a crítica dos modelos de equilíbrio geral e para a melhor compreensão do que seja a dinâmica de mercado (Hayek, 1945). Os aspectos teóricos relativos a essa rodada, em especial as observações de Mises e Hayek sobre o papel dos incentivos e das motivações, são especialmente valorizados pela economia austríaca moderna que argumenta a favor de uma revisão do significado dos debates (Murrell, 1983). O destino da URSS também estimulou uma certa retomada do tema do cálculo econômico por teóricos vinculados a esta corrente (ver em especial Caldwell, 1997 e Boettke, 2001).

III- SEGUNDA RODADA: PLANO, MERCADO E INDUSTRIALIZAÇÃO (1926-1929)

Aqui os principais interlocutores são Preobrajensky (1926) e Bukarin (1924). A segunda rodada é relacionada à construção de alternativas em um cenário político-econômico adverso: como industrializar um país basicamente camponês, em um contexto de atraso econômico, em um processo revolucionário isolado internacionalmente e em um país ainda se recuperando do impacto de uma guerra mundial e de uma guerra civil (Nove, 1992). Acrescentem-se os problemas derivados da pressão das circunstâncias sobre os debates políticos e as restrições importantes impostas ao livre debate (regime monopartidário). As lições do debate talvez ainda sejam pouco exploradas (é um debate ausente em vários balanços realizados) dada a construção do modelo stalinista de economia de comando, que terminou galvanizando as análises (Lewin, 1974). O destino e as contradições dos principais interlocutores talvez também tenham ofuscado suas posições. Embora ambos tenham sido

vítimas da violência stalinista, Preobrajesnky chegou a apoiar as medidas pró-industrialização de Stalin e Bukarin foi um aliado de Stalin até a guinada do primeiro plano quinquenal.

Na relação entre este debate e a primeira rodada (o cálculo econômico no socialismo), nem os representantes da escola austríaca nem Lange se referiram a estes debates. Lange cita tanto Stalin como Trostky para legitimar seus pontos de vista sobre o papel do mercado no socialismo (ver Lange, 1937-8, pp. 138-139). Hayek chega a citar Trotsky, possivelmente a partir do texto de Lange (Hayek, 1945, p. 89).

Nove descreve os debates realizados durante a NEP como “o grande debate” (título do Capítulo 5, 1992) e chega a afirmar que “poderia se dizer que a economia do desenvolvimento nasceu aqui” (1992, p. 126). Erlich (1960) apresenta uma interpretação importante do processo, que será utilizada por trabalhos como os de Cohen (1973) e de Lewin (1974). No capítulo final (*The final decision*) de seu livro, Erlich apresenta um descompasso entre o conjunto do debate e a “decisão final” que é esclarecedora: “a nossa resenha da controvérsia da industrialização soviética mostra que próximo do fim do grande debate os dois grupos principais estavam muito mais próximos entre si do que no começo: Bukharin e seus seguidores admitiam explicitamente a inevitabilidade do crescimento descontínuo, enquanto Preobrazhensky se tornava crescentemente explícito quanto aos riscos envolvidos em tal política. Não seria estranho esperar, sob tais circunstâncias, que se tentasse trabalhar em direção a uma posição intermediária. Os acontecimentos posteriores não seguiram tal direção” (1960, p. 164). Erlich descreve os acontecimentos políticos (expulsões do partido) e a política econômica implementada.

A decisão final resolve o que em outro texto Erlich (1950) denomina o “dilema de Prezobrazhensky”. Esse dilema decorre de dois elementos básicos. Em primeiro lugar, Erlich indica como Preobrazhensky analisou uma mudança decisiva no campo: os camponeses passaram a ter o direito de escolha, pois as mudanças do status do camponês, determinado pela revolução, reduziu seus pagamentos compulsórios (o que significou uma expansão da renda, com repercussões sobre a disparidade entre a demanda e a oferta, oferta que deveria ser maior do que a existente no período pré-revolucionário para que mesmo o processo de recuperação econômica desse conta dessa expansão da demanda).⁷ Em segundo lugar, outra mudança trazida pela revolução relaciona-se às condições de trabalho, cuja proteção é um objetivo importante. Esses dois pontos relacionam-se ao conjunto do processo de acumulação socialista, na medida em que o processo de industrialização deveria buscar recursos em um setor social que agora possui liberdade de escolha (o campesinato pode decidir o quê e quanto produzir, além de influir nas condições de troca) e o processo revolucionário tem na proteção ao trabalho um limite ao processo de acumulação socialista (ao contrário da acumulação capitalista). Esse dilema, após o “reajustamento da visão de Bukharin” (1960, capítulo 4),

⁷ Esse raciocínio de Preobrazhensky está mais desenvolvido em um texto intitulado *Notas Econômicas*, publicado em 15/12/1925. Esse texto é extensamente citado por Erlich (1950). No *Nova Econômica* há uma referência à “mudança da estrutura do orçamento camponês após a revolução” (1926, p. 82).

torna-se também seu dilema (p. 89). O “dilema de Preobrazhensky é solucionado pelo modelo stalinista, através da coletivização do campo (que elimina a liberdade de escolha dos camponeses) e da supressão da possibilidade de resistência sindical aos excessos no ambiente de trabalho: duas barreiras ao ritmo acelerado da acumulação socialista foram removidas por Stalin (1950, p. 84).

A contribuição de Erlich é utilizada por Lewin (1974) para enfatizar alguns pontos do “grande debate”. Segundo Lewin, as posições de Bukharin e de Preobrazhensky caminhavam para uma convergência (pp.68-72). Lewin, entretanto, ressalta que as duas partes não estavam conscientes dessa convergência (1974, p. 69).⁸

Lewin ressalta a existência de complementariedade das posições (1974, pp. 16-17). As mais importantes seriam as seguintes: 1) a obra de Preobrazhensky (*A nova econômica*) é “um memorável documento sobre a industrialização”, enquanto Bukharin em sua obra “O caminho do socialismo e a aliança operário-camponesa” apresenta uma visão sobre a questão camponesa muito mais desenvolvida que a da esquerda; 2) “os protagonistas sempre tiveram posições complementares, que resultava da percepção dos mesmos problemas de acordo com diferentes ângulos ou oferecendo *insights* sobre pontos que faltavam nos argumentos do outro lado” (p. 17).

Cohen (1973) relata o desenvolvimento do debate do ponto de vista de seu biografado, Bukharin. Cohen considera que a apresentação das teses de Preobrazhensky (em 1924) forçou Bukharin a elaborar sua posição e que “no processo de suas respostas a Preobrazhensky e à esquerda em geral, o seu programa emergiu” (p. 165). A elaboração de Bukharin tem duas fases nítidas: 1) entre 1924-1926 sua elaboração está muito impressionada com o período de “recuperação econômica” da NEP e seu sucesso;⁹ 2) entre 1926-1927 há um “colapso de ilusões” (p. 184), na medida em que o esgotamento da recuperação econômica vai ficando claro e a necessidade de novos investimentos para garantir crescimento econômico fica evidente, o programa de Bukharin avança com mudanças significativas em torno de temas como a relação entre plano e mercado (p. 247), industrialização (pp. 244-245), relação com o campesinato (p. 250).

As principais questões do debate podem ser sintetizadas em três pontos:¹⁰ 1) papel do planejamento para o processo de industrialização, a combinação entre planejamento e mercado (questões presentes aqui envolvem a existência de duas “leis” na economia soviética ou apenas a lei do valor, a oposição entre plano e mercado é suficiente ou o choque de duas

⁸ Em outra passagem de seu livro, Lewin (1974, p. 34) relata um debate na Academia Socialista em setembro de 1926, no qual a oposição e a linha oficial debateram de forma muito franca as posições. Das possibilidades demonstradas nesse debate, Lewin chega à sugestão de que seria possível às partes chegar a um acordo sobre os pontos essenciais em uma mesa de negociação (pp. 35-36).

⁹ Mesmo nessa fase inicial, Cohen chama atenção para concordâncias (industrialização como objetivo mais importante e reconhecimento da necessidade da industrialização basear-se em recursos internos, p. 173). Diferenças localizavam-se em métodos e limites (p. 174).

¹⁰ Como Marx, Preobrazhensky reflete sobre o peso da herança legada pela sociedade “de cujas entranhas procede”, explicando a lei da acumulação socialista primitiva (1926, p. 140): quando mais atrasada a sociedade, menor o ponto de partida da acumulação socialista primitiva..

leis expressa melhor a dinâmica específica da economia soviética); 2) uma discussão das proporções entre o crescimento dos ramos industriais e entre a indústria e a agricultura (nesse ponto o caráter complementar entre as duas posições fica mais evidente); 3) a questão dos ritmos da industrialização (*tempo*), que envolve a dimensão e os limites da transferência de recursos para a industrialização.¹¹

Certamente um debate daquela magnitude exigia tempo e uma atmosfera política favorável para amadurecer. Porém, a velocidade dos acontecimentos não permitiu tal amadurecimento. Ao longo da década de 1920 contribuíram para dificultar a percepção dos interlocutores do processo de convergência questões como o tom da polêmica, a forte disputa política e o processo de crescente controle do partido e da vida partidária que reduzia o espaço para a crítica. Essa redução do espaço de debate democrático está presente desde as medidas políticas tomadas no início do período da NEP, quando são implementadas as políticas de partido único e de proibição de frações internas (Nove, 1992, pp. 76-77).

Ao final, a crise dos cereais de janeiro de 1928 e as “medidas extraordinárias” que suscitaram terminam por encorajar “soluções coercitivas” (processo descrito por Cohen, 1973, p. 264 e pp. 278-279) e o reaparecimento de afinidades com o período do “comunismo de guerra” (Lewin, 1974, p. 98). Lewin (1986) investiga de forma mais ampla o “enigma stalinista”, contribuindo para integrar a discussão econômica com outras dimensões da sociedade russa (cultura, tradições religiosas, mudanças sociais etc).

Os principais movimentos dessa solução são descritos por Nove em uma seção intitulada “subitamente e sem nenhum aviso”. Os passos da coletivização do campo e a definição de metas ambiciosas de industrialização geraram uma dinâmica analisada por Lewin (1974, pp. 97-124) que mostra a improvisação, um sistema de planejamento que sacrificava a idéia de planejamento (p. 105) e adota práticas prevalentes sob o comunismo de guerra (p. 109) - ao transformar “métodos de choque” e “definição de prioridades apressadas” em características sistemáticas - além de colocar a lógica do ritmo super-acelerado de industrialização no “núcleo da política econômica” (p. 102). A abertura de arquivos tem confirmado essas características e contribuído para uma melhor compreensão da natureza do modelo stalinista (Gregory & Harrison, 2005).¹²

IV- TERCEIRA RODADA: PLANO, MERCADO E DEMOCRACIA (1983-1991)

A terceira rodada é impulsionada pela crise da URSS e pela avaliação das tentativas de reforma em regimes do Leste Europeu. As referências são o modelo stalinista “puro” (entre 1929 e 1953, chamado de “socialismo clássico” por Kornai, 1992) e as diversas tentativas de

¹¹ Essas questões continuam decisivas nas discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento.

¹² Gregory & Harrison (2005, especialmente pp. 729 e 754) confirmam a visão de Lewin sobre a improvisação e desorganização no “planejamento” stalinista.

reforma, em um debate que incorpora a avaliação de sua natureza e dos potenciais existentes para uma perspectiva de superação do modelo stalinista sem um retorno a um regime capitalista. Nove (1983) abre os debates. A ascensão de Gorbachov e as perspectivas dos processos de *glasnost* e *perestroika* certamente animaram as discussões a partir de meados da década de 1980.

Alec Nove é um acadêmico com vasto conhecimento sobre as experiências dos países do Leste Europeu. Seu livro é o resultado de sua longa convivência com o tema e de seus vastos conhecimentos. É uma contribuição sofisticada e importante. Infelizmente, não pode influir sobre o destino dos processos de reforma em curso. Kornai (1992 e 1993) talvez possa ser visto como o intérprete mais agudo das perspectivas de reformas na URSS.

Alec Nove (1983, parte V) propõe um modelo composto por: “1- empresas estatais centralmente controladas e administradas...”; 2- empresas de propriedade do Estado (ou propriedade social), com total autonomia e uma administração responsável perante a força de trabalho...”; 3- cooperativas”; 4- “empresas privadas em pequena escala, sujeitas a limites claramente definidos” e 5- “indivíduos”. Não há “...qualquer propriedade privada dos meios de produção em larga escala”. A concorrência entre as empresas é realizada através do mercado. A prevenção contra os problemas da burocracia (tão fortes no modelo stalinista) é determinada por esta combinação entre mercado e empresas centralmente administradas.

Mandel (1986) critica a posição de Nove, enfatizando a superioridade da autogestão e do planejamento democrático, propondo a sua articulação com redes de cooperação e solidariedade que unifique produtores e consumidores. Essa articulação seria a base de uma alternativa distinta tanto do planejamento burocrático como do mercado.

Diane Elson (1988) participa do debate criticando a visão idealista de Nove sobre a concorrência. Propondo a socialização dos mercados, Elson apresenta um modelo no qual as empresas públicas seriam geridas pelos trabalhadores, um escritório “regulador da empresa pública”. A generalização e a socialização das informações sobre compra-e-venda, “comissões de preços e salários” e “uniões de consumidores”.

Essa rodada tem como pano de fundo uma discussão importante: existe ou não uma alternativa entre o planejamento estatal burocrático e o mercado. De forma um pouco provocativa, Alec Nove (1983) enfatizará que não há uma terceira alternativa, daí sua proposta de combinação estrita entre planejamento e mercado, entre um setor estatal e um setor privado etc. Mandel (1986) e Elson (1988) afirmam existir uma terceira alternativa: uma combinação entre plano, mercado e democracia, enfatizando o papel da democracia e da participação de produtores e consumidores (Mandel) ou a “socialização do mercado” (Elson). Rigorosamente, a proposta de Alec Nove pode ser colocada na linha de uma terceira alternativa: Nove exagerou um pouco o seu argumento, certamente por razões polêmicas, mas um exame mais detido e já um pouco distante, coloca a proposta de Alec Nove entre as que buscam algo além do mercado e do estado.

A posição de Mandel (1986) também merece uma re-avaliação. A ênfase de Mandel (1986, p. 9) em características do socialismo em um estágio mais avançado talvez tenha dificultado o estabelecimento de um diálogo mais rico com as importantes contribuições de Nove.¹³ Mandel (1986, p. 32) chega a mencionar áreas de interseção entre as duas propostas - o papel dos mercados na transição - e a posição de Trotsky na década de 1930 defendendo uma extensão dos mercados (p. 108)¹⁴.

Quais os méritos de sua posição?

Em primeiro lugar explicita a combinação entre planejamento, mercado e democracia. Como Mandel insiste, há uma terceira alternativa, para além do mercado e do estado, que envolve necessariamente uma forte participação democrática (Mandel, 1988, p. 119).¹⁵ O mérito de Mandel nesse ponto é abrir espaço para uma discussão sobre quais os instrumentos democráticos que são necessários para dar conta dessa construção institucional. Ao enfatizar o papel da democracia socialista (que combina organismos representativos e organismos de participação direta), essa elaboração exige um diálogo com a Ciência Política e com as teorias sobre democracia. Ou seja, a discussão não é apenas bidimensional (entre plano e mercado), mas tridimensional (plano, mercado e democracia). Há aqui uma discussão importante com elaborações da quarta rodada, em especial com Cohen et al (1993), que concentram os esforços de mudança na dimensão democrática, que determinaria resultados posteriores como os pretendidos pelos modelos de socialismo de mercado (que, por sua vez, seriam bidimensionais por não enfatizar as mudanças na esfera política). Esse diálogo é importante para tratar, em especial, da questão da sobrecarga institucional que a multiplicação de organismos participativos pode representar em sua proposta.

Em segundo lugar, Mandel discute as características modernas do capitalismo e busca explorar até que ponto essas mudanças influem na articulação entre plano, mercado e democracia. Ao tratar da “socialização objetiva do trabalho”, Mandel apresenta o crescimento do planejamento no interior das empresas capitalistas nos países mais desenvolvidos. Simon (1992) destaca que as organizações seriam mais importantes que mercados no capitalismo contemporâneo. Auerbach et al (1988), em um texto rico pela discussão da articulação entre plano e mercado nas economias capitalistas modernas, questionam parcialmente Mandel quanto ao papel dos mercados, insistindo no papel de pequenas empresas para o dinamismo

¹³ Mandel participou da discussão tratando de temas relacionados ao capítulo 17 de seu Tratado – a economia socialista – ao invés de se debruçar sobre os temas do capítulo 16 – a economia do período de transição. Os debates da terceira rodada deviam se concentrar na transição.

¹⁴ Nove (1981) tem uma intervenção muito informada e detalhada sobre esse ponto, com um debate explícito sobre um tópico da interpretação de Mandel sobre as posições de Trotsky.

¹⁵ Em uma elaboração paralela, no interior de suas atividades políticas, Mandel apresenta uma tese sobre a democracia socialista, que é um importante passo adiante na elaboração marxista (disponível em <http://www.marx.org/archive/mandel/1985/dictprole/1985.htm>). Mandel vai além da posição pluripartidária de Trotsky (então um “profeta banido”) e defende uma concepção de democracia ampla e sem restrições a quaisquer partidos. Essa concepção retoma o lado libertário na elaboração de Marx (a “emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”) e certamente está compondo o pano de fundo da concepção democrática em torno do planejamento econômico proposto por Mandel.

do capitalismo do final do século. Auerbach et al (1988) estão corretos ao indicar que o crescimento das grandes empresas não leva necessariamente ao socialismo e nem facilita uma eventual transição (essa seria a concepção de socialismo de Schumpeter, 1942, a partir da obsolescência da função empresarial – avaliação precipitada e unilateral, diga-se de passagem).

Elaborações que amadureceram após a intervenção de Mandel podem ser utilizadas para fortalecer essa linha de argumentação, por indicar outras áreas nas quais a “socialização” da economia capitalista desenvolvida teria avançado (Nelson, 1990; Esping-Andersen, 1990).

V- QUARTA RODADA: SOCIALISMO DE MERCADO (1991-????)

Nessa quarta rodada os modelos se sofisticam. Em primeiro lugar, buscam responder às críticas da escola austríaca (mais do que responder, ajustar os modelos de forma a incorporar as críticas da primeira rodada), com uma visão um pouco ingênua e superficial sobre as fontes da inovação (o mercado é visto como o responsável pelo bom desempenho inovativo). Em segundo lugar, incorporam avanços na elaboração teórica econômica, especialmente da economia da informação, aperfeiçoando a interpretação de características do capitalismo contemporâneo (Stiglitz, 1994) e da microeconomia da economia de comando, com ênfase na análise do chamado *soft budget constraint* (Kornai, 1992). Em terceiro lugar, avaliam o impacto da queda das burocracias do Leste. Ao contrário do clima intelectual do final da primeira rodada, essa inicia-se sob uma forte inflexão pró-mercado. Hayek e a defesa do mercado possivelmente estão em seu ponto de maior influência. Políticas neoliberais estão no apogeu, inclusive as chamadas políticas de “*big bang*” para orientar a transição das economias do Leste para economias de mercado.

O esforço de apresentação de alternativas socialistas é louvável, posto que preserva a presença do tema na agenda acadêmica (e política). Há ainda, uma certa continuidade em relação aos modelos de socialismo viável, inaugurados por Alec Nove.

Roemer (1994), seguindo a tradição de Lange, busca de forma informada incorporar avanços teóricos e utiliza os exemplos de desenvolvimento no século XX para apoiar as suas propostas (papel dos bancos, combinações plano e mercado etc). O modelo de Roemer seria um representante típico do que ele denomina “modelos de quinta geração”.¹⁶ Esses modelos teriam recuado da proposta de Lange na definição dos preços industriais por planejadores ao invés do mercado, abrem mão do controle estatal exclusivo e introduzem outras formas de propriedade não-privadas, atribuem um papel importante para bancos e mercado de capitais

¹⁶ Na periodização de Roemer (1994) há cinco gerações na modelagem do socialismo de mercado. As três primeiras correspondem às descritas por Hayek (1940), com Lange (1937-1938) representando a terceira fase. Para Roemer (1994, p. 32-33), a quarta fase corresponderia aos modelos de reformas pró-mercado nos países do Leste (Iugoslávia na década de 1950, Hungria a partir de 1968, China a partir de 1978, URSS a partir de 1985, com Gorbachov). A quinta é a atual.

como instituições de monitoramento das firmas e incorporam a preocupação igualitária do socialismo (pp. 33-35). Uma novidade é a introdução de “*public bads*” (poluição, desemprego, concentração de renda, pp. 55-59). Na argumentação a favor desses modelos, Roemer insiste que assim como os socialistas fizeram importantes concessões ao capitalismo (aos argumentos de Hayek), o capitalismo fez importantes concessões ao socialismo (crescimento do peso do setor público em todas as economias capitalistas, o exemplo capacidade redistributiva das sociais-democracias nórdicas, o papel da intervenção governamental no desenvolvimento econômico das Ásia Oriental e a viabilidade de soluções de problemas agente-principal nas grandes corporações capitalistas).

Adaman & Devine também esforçam-se para incorporar as crítica austríacas (é a essência do texto de 1996). Chegam a mencionar um “modelo austríaco de socialismo de mercado” (1997, p. 72).¹⁷ O mais importante, entretanto, é o esforço para introduzir a dimensão participativa na elaboração. Preservam o papel de trocas de mercado, mas as forças de mercado seriam substituídas por mecanismos de “coordenação negociada” (1992). Insistem que não há sobrecarga administrativa nem complexidade excessiva. Afirmam que a sobrecarga administrativa existiria na proposta de Mandel.

Lo & Smyth (2004) articulam diferentes paradigmas técnico-econômicos (no sentido de Freeman) com uma taxonomia de modelos de socialismo. Seriam três os diferentes paradigmas técnico-econômicos (o primeiro associado a mercados, o segundo associado a hierarquias – e economias de escala - e o terceiro associado a redes – e economias de escopo),¹⁸ que seriam associados, respectivamente, a três diferentes modelos de socialismo (socialismo de mercado, planejamento socialista e socialismo participativo). O modelo de socialismo participativo (a partir da formulação de Adaman & Levine) corresponderia ao paradigma mais recente.

Wright (2006) apresenta uma proposta de alternativa socialista que enfatiza o *social empowerment*. Wright tem elaboração extensa na linha do marxismo analítico (assim como Roemer) e re-avalia o “marxismo tradicional” segundo essa lente. Na sua avaliação de formas de organização de poder através das quais se daria a alocação de recursos econômicos, Wright reconhece três formas: capitalismo, estatismo (propriedade estatal dos meios de produção) e socialismo (propriedade coletiva dos meios de produção). Socialismo é rediscutido como um sistema onde a economia é controlada pela sociedade, pelo poder social. Por isso, o acento está na construção do *social empowerment*. Para esse processo, as propostas de Cohen & Rogers sobre democracia associativa são fortemente contempladas. Embora o modelo possa partir de uma situação basicamente inalterada em termos de direitos de propriedade (ver em

¹⁷ Essa formulação sobre “modelos austríacos de socialismo de mercado” aparentemente seria rejeitada por economistas da escola austríaca. “Why are there no Austrian Socialists?” é o título do segundo capítulo de Boettke (2001, pp. 7-28).

¹⁸ Essa diferenciação entre economias de escala e de escopo merece uma discussão melhor, pois essa tese não encontraria apoio em Chandler (1990).

especial Cohen & Rogers, 1993), seus resultados podem ser mais profundos no longo prazo do que os modelos mais populares de socialismo de mercado.

VI - LIÇÕES PARA UMA ELABORAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Quais as lições mais importantes das quatro rodadas? Uma tentativa de balanço indicaria os seguintes pontos:

1) Na primeira rodada destaca-se a capacidade dos não-socialistas em pautarem a discussão (o modelo é de Barone e o tom é dado pela elaboração austríaca). O ponto que merece mais atenção é a relação entre a elaboração austríaca e uma fase específica da história do Rússia (comunismo de guerra, do qual diversas características estarão presentes no modelo stalinista), além da discussão metodológica buscando envolver a elaboração de Marx como diretamente responsável por esse período específico (esse aspecto parece ainda não ter sido devidamente tratado por estudiosos de Marx). Um subproduto importante é o desenvolvimento da visão austríaca sobre características do mercado, em oposição aos modelos de equilíbrio geral.

2) Na segunda rodada, as contribuições para a economia do desenvolvimento são muito importantes. A maior lição, entretanto, deriva-se do final do grande debate: a ausência de democracia tem conseqüências trágicas.

3) Na terceira rodada, o resultado maior é a persistência dos modelos de socialismo de mercado (Howard & King, pp. 376-380). O tema da democracia aparece de forma explícita. Uma re-interpretação desse debate faria mais justiça às posições dos interlocutores (conforme sugerido na seção IV).

4) Na quarta rodada, a hegemonia das propostas sobre socialismo de mercado é ampla. As críticas da escola austríaca são importantes para a elaboração dos modelos. O tema da democracia ganha mais espaço, com colocações que atribuem centralidade à participação e à dinâmica das associações.

Além de um balanço detalhado da experiência stalinista,¹⁹ o principal caminho para a re-elaboração de alternativas socialistas é a observação de desenvolvimentos reais e concretos no interior das próprias sociedades capitalistas (o que sugere uma retomada de algumas sugestões metodológicas de Marx, ver seção I). De certa forma isso tem sido sugerido - topicamente - por interlocutores da terceira e da quarta rodadas. Trata-se, talvez, de aprofundar essa linha.

Em primeiro lugar, é necessário destacar a complexidade da discussão e a sua importância. Todos os interlocutores atuais destacam os limites do capitalismo e do modelo stalinista e a necessidade de alternativas. Isso é importante para demonstrar a vitalidade da

¹⁹ Uma avaliação preliminar - basicamente uma resenha da literatura - sobre o modelo stalinista, com ênfase na sua dimensão tecnológica, encontra-se em trabalho anterior (Albuquerque, 2005).

busca de alternativas. Vale ressaltar a atenção dedicada por Mandel (1986) sobre as mudanças que as metamorfoses do capitalismo deveriam impor na discussão sobre o socialismo. Por isso, o diálogo entre as diferentes correntes do pensamento é também decisivo, na medida em que elaborações teóricas distintas têm se especializado na investigação de características específicas geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no século XX.

Cinco grandes desenvolvimentos estruturais no capitalismo do século XX devem ser anotados (e cada um deles foi estudado com mais profundidade por uma abordagem teórica): 1) o desenvolvimento da grande empresa (Chandler, 1990; Williamson, 1985) com a correspondente utilização de técnicas de planejamento (as economias organizacionais de Simon, 1992) é um fenômeno que deve ser levado em conta, associado com a forte internacionalização da produção (Dunning, 1990) - internacionalização que coloca novos temas na discussão da transição, com implicações sobre uma maior internacionalização da construção de alternativas - e do estabelecimento de redes de diversos tipos;²⁰ 2) a dinâmica do progresso tecnológico é crescentemente resultado de um arranjo institucional que envolve instituições públicas, instituições privadas e estado: os sistemas nacionais de inovação (Freeman, 1995; Nelson, 1993); 3) a dinâmica de construção de sistemas institucionais para mitigar a estratificação social e a desigualdade: os sistemas de bem-estar social (Esping-Andersen, 1990)^{21 22}; 4) um enorme aprendizado em termos macroeconômicos sobre a utilização de ferramentas keynesianas para diminuir a desigualdade (Carvalho, 2006); 5) o desenvolvimento dos mercados financeiros (Carvalho, 1997) e as novas necessidades de regulação pública.²³

Em segundo lugar, deve-se destacar que o resultado dessas mudanças combinadas é o estabelecimento de um sistema econômico que está longe de apenas se apoiar no mercado. O tamanho do estado nos Estados Unidos é expressivo: Minsky (1986) discute o estabelecimento e as conseqüências do *big government*. O estágio atual do próprio sistema capitalista nos países mais avançados já é o de uma economia mista, que combina de forma *sui generis* plano e mercado (aliás, esse é o título do capítulo de Arrighi, 1994, sobre o ciclo sistêmico de acumulação que corresponde à hegemonia dos Estados Unidos).

²⁰ A solução no capitalismo da forma de operação das grandes empresas, com separação entre propriedade e controle, é utilizada como referência para possibilidade de gestão de grandes empresas públicas por autores de modelos de socialismo de mercado (Blackburn, 1991, p. 53; Roemer, 1994, p. 36).

²¹ Isto implica em um exercício teórico para distinguir o experimento social-democrata da construção do sistema de bem-estar social (especialmente o sueco). As características institucionais do sistema sueco (universalismo, pleno emprego, mobilidade social para cima etc) devem ser compreendidas para viabilizar a sua incorporação em iniciativas distintas da social-democracia.

²² É importante destacar, para posterior desenvolvimento, que a preocupação da quarta rodada com a combinação entre eficiência e equidade pode ser obtida através de uma articulação entre essas duas construções institucionais (sistemas de inovação e sistemas de bem-estar social).

²³ O diálogo com a elaboração pós-keynesiana é muito importante, porque em propostas de socialismo de mercado o papel dos bancos e de mercados de capitais é decisivo, e essas elaborações podem ser um pouco inconsistentes com a dinâmica real do sistema financeiro.

Esse é o ponto de partida: uma economia complexa, com forte participação estatal, diversas formas de interação entre o público e o privado (que mudam ao longo do tempo e entre os diversos países).

Em terceiro lugar, as experiências de desenvolvimento do século XX demonstram o papel da combinação entre planejamento governamental e a ação das empresas privadas ou públicas: 1) no Japão, a interação entre o público e o privado, com forte flexibilidade institucional ao longo do tempo, com diferentes articulações em diferentes fases do processo de *catching up*, é uma das lições destacadas por Ohkawa & Kohama (1989); 2) os exemplos da Coreia do Sul e de Taiwan (Amsden, 1989; Wade, 1990) são bem conhecidos para ilustrar o papel do estado no processo. Se os debates da segunda rodada (Preobrajensky e Bukarin) anteciparam muitos dos temas da economia do desenvolvimento (Nove, 1992), agora a economia do desenvolvimento pode contribuir muito, através da incorporação das experiências bem-sucedidas de *catching up* no século XX na investigação das combinações entre plano e mercado. De certa forma, referências a esses casos estão presentes em diversas elaborações da quarta rodada (ver Roemer, 1994, pp. 95 e 106-108; Blackburn, 1991, pp. 57-58), mas ainda sem assumir um papel mais destacado na reflexão.

Em quarto lugar, a emergência e a crescente urgência de mudanças para dar conta de novos dilemas enfrentados pela Humanidade exigem a ampliação do horizonte da elaboração teórica. A questão ambiental é decisiva e atualiza – de forma dramática – o tema da necessidade do socialismo. Nesse sentido, ela implica em novas tarefas para o planejamento de longo prazo (e internacional), com uma importância especial para a questão tecnológica. Aqui, a contribuição da elaboração evolucionista é decisiva, pois exige a intervenção pública para re-orientar a direção do progresso tecnológico (Freeman, 1996).²⁴

Em quinto lugar, a questão da democracia – e das suas instituições – merece atenção especial, em particular sobre como se relaciona com as duas outras dimensões (plano e mercado). Aliás, a democracia não foi um componente importante nos casos do Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Nessa linha, a elaboração de Cohen & Rogers (1993) e de Wright (2006), ao colocar a ênfase no papel da democracia, abrem uma linha fértil e necessária. A natureza e a capacidade dessas instituições é chave (aqui, a ênfase de Mandel na livre associação e nas instituições democráticas e participativas assumindo diversas tarefas pode ser contextualizada e melhor discutida; todas as avaliações sobre a possível sobrecarga institucional que recairia sobre as instituições democráticas merecem cuidadoso escrutínio à luz da elaboração da ciência política). A importância da questão é indicada por Kornai (1993), que aponta uma limitação importante nas propostas de socialismo de mercado para os países do Leste Europeu: a ausência de democracia numa eventual transição entre o modelo stalinista e um modelo socialista de mercado.

²⁴ Este ponto, aliás, explicita os limites do mercado para lidar com a inovação.

No tema do papel da democracia, o fundamental é assumir a precedência da construção das instituições democráticas em níveis diversos (democracia representativa e participativa) e o aprofundamento de seu funcionamento. Não é uma questão teórica simples.²⁵ Mas, aqui também experiências práticas indicam potencial e limites para essa dinâmica de construção institucional: o aprendizado institucional da experiência petista do orçamento participativo na transição do nível municipal para o estadual indica que complexidade não é necessariamente um problema para experiências democráticas participativas (Faria, 2005). Um diálogo com as teorias de democracia é talvez o ponto mais importante, derivado da precedência da construção da democracia no conjunto do processo de transição ao socialismo.

Finalmente, essas discussões oferecem pistas importantes para um redimensionamento de políticas de desenvolvimento (que envolvem a difícil e decisiva questão de eliminar a pobreza e atenuar diferenças de renda em escala internacional): estratégias de desenvolvimento devem ser tri-dimensionais, articulando o aprofundamento da democracia com a construção combinada de sistemas de inovação e de sistemas de bem-estar social.²⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMAN, F.; DEVINE, P. (1996) The economic calculation debate: lessons for socialists. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, pp. 523-537.
- ADAMAN, F.; DEVINE, P. (1997) On the economic theory of socialism. *New Left Review*, n. 221, pp. 54-80.
- ALBUQUERQUE, E. (2005) Lições da tragédia: limites e contradições do progresso tecnológico na União Soviética. In: PAULA, J. A. (ed.) *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 253-273.
- ALBUQUERQUE, E. (2007) Inadequacy of technology and innovation systems at the periphery. *Cambridge Journal of Economics* (<http://cje.oxfordjournals.org/cgi/reprint/bel045v1>).
- AMSDEN, A. H. (1989) *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University.
- AUERBACH, P.; DESAI, M.; SHAMSAVARI, A. (1988) The transition from actually existing capitalism. *New Left Review*, n. 170, pp. 61-68.

²⁵ Boettke (2001, p. 301), por exemplo, menciona Habermas para sustentar sua posição sobre a impossibilidade de superação dos mercados. Habermas, nessa citação, discute a complexidade das economias modernas e como essa complexidade limitaria o papel da auto-gestão. Habermas é um teórico de importância central nas discussões contemporâneas sobre democracia.

²⁶ Para a elaboração específica dos países subdesenvolvidos, essa articulação entre sistemas de inovação e sistemas de bem-estar social envolve um diálogo com a elaboração de Celso Furtado (ver Albuquerque, 2007). Implica também em uma retomada crítica de toda a tradição de planejamento apresentada pela elaboração estruturalista (ver Paula, 2003).

- BARDHAN, P. K.; ROEMER, J. (eds) (1993) *Market socialism: the current debate*. Oxford: Oxford University Press.
- BARONE, E. (1908) The ministry of production in the collectivist state. In: NOVE, A.; NUTI, M. (eds) *Socialist economics*. London: Penguin, pp. 52-74 (1972).
- BLACKBURN, R. (1991) Fin de siècle: socialism after the crash. *New Left Review*, n. 185, pp. 5-66.
- BOETTKE, P. (2001) *Calculation and coordination: essays on socialism and transitional political economy*. London: Routledge.
- BUKHARIN, N. (1924) Critica de la plataforma económica de la oposición. In: BUJARIN, N.; PREOBRAZHENSKI, E. *La acumulacion socialista*. Madrid: A. Corazon (1971), pp. 153-203.
- CALDWELL, B. (1997) Hayek and socialism. *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 4, pp. 1856-1890.
- CARR, E. H. (1953) *La revolución bolchevique (1917-1923)*. Madrid: Alianza Editorial (3 vols).
- CARVALHO, F.J.C. (1997) Financial innovation and the Post Keynesian approach to the "process of capital formation". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 19, n. 3, pp. 461-487.
- CARVALHO, F.J.C. (2006) Keynes and the reform of the capitalist social order. Rio de Janeiro: IE-UFRJ (manuscript).
- CHANDLER JR., A. (1990) *Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism*. Harvard: Belknap.
- COHEN, S. (1973) *Bukharin and the bolshevik revolution: a political biography, 1888-1938*. Oxford: Oxford University Press (existe versão em português).
- COHEN, J.; ROGERS, J. (1993) Associative democracy. In: BARDHAN, P. K.; ROEMER, J. (eds) *Market socialism: the current debate*. Oxford: Oxford University Press.
- DUNNING, J. (1994) *Multinational enterprise and the global economy*. Alderhot: Edward Elgar.
- ELSON, D. (1988) Market socialism or socialization of the market. *New Left Review*, n. 172, Nov.-Dec., pp. 3-44.
- ERLICH, A. (1950) Preobrazhensky and the economics of soviet industrialization. *Quarterly Journal of Economics*, v. 64, n.1, pp. 57-88.
- ERLICH, A. (1960) *The Soviet industrialization debate, 1924-1928*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ESPING-ANDERSON, G. (1990) *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity.
- FARIA, C. F. (2005) *O estado em movimento: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: DCP-UFMG (Tese de Doutorado).
- FREEMAN, C. (1995) The "National System of Innovation" in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1, 1995.
- FREEMAN, C. (1996) The greening of technology and models of innovation. *Technological Forecast and Social Change*, v. 53, pp. 27-39.

- GREGORY, P.; HARRISON, M. (2005) Allocation under dictatorship: research in Stalin's archives. *Journal of Economic Literature*, v. XLII, pp. 721-761.
- HANSON, P.; PAVITT, K. (1987) *The comparative economics of research, development and innovation in East and West: a survey*. London: Harwood Academic Publishers.
- HAYEK, F. (1935a) Socialist calculation I: the nature and history of the problem. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 119-147 (1948).
- HAYEK, F. (1935b) Socialist calculation II: the state of the debate. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 148-180 (1948).
- HAYEK, F. (1940) Socialist calculation: the competitive solution. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 181-208 (1948).
- HAYEK, F. (1945) The use of knowledge in society. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 77-91. (1948).
- HOWARD, M. C.; KING, J. E. (1992) *A history of marxian economics*. Vol. II. Princeton: Princeton University.
- KORNAL, J. (1992) *The socialist system: the political economy of communism*. Princeton: Princeton University.
- KORNAL, J. (2000) What the change of system from socialism to capitalism does and does not mean. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, pp. 27-42.
- LANGE, O. (1936-37) On the economic theory of socialism. In: LIPPINCOTT, B. E. (ed) *On the economic theory of socialism*. New York: McGraw-Hill (1964).
- LAVOIE, D. (1985) *Rivalry and central planning*. New York: Cambridge University Press.
- LEWIN, M. (1974) *Political undercurrents in soviet economic debates: from Bukharin to the modern reformers*. Princeton: Princeton University Press.
- LEWIN, M. (1986) Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBBSAWN, E. (org.) *História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo (volume 7)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, pp. 203-240.
- LO, D.; SMYTH, R. (2004) Towards a re-interpretation of the economics of feasible socialism. *Cambridge Journal of Economics*, v. 28, pp. 791-808.
- MANDEL, E. (1986) In defense of socialist planning. *New Left Review*, n. 159, Sep.-Oct., pp. 4- 37.
- MARX, K. (1857-58). *Los fundamentos de la critica de la economia politica (Grundrisse...)*. Madrid: Comunicación, 1972.
- MARX, K. (1859) Para a crítica da economia política. In: MARX, K. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural (1982).
- MARX (1875) Crítica do programa de Gotha (<http://www.marx.org/archive/marx/works/1875/gotha/index.htm>)
- MINSKY, H. (1986) *Stabilizing an unstable economy*. New Haven : Yale University Press,
- MISES, L. von (1920) Economic calculation in the socialist commonwealth In: NOVE, A.; NUTI, M. (eds) *Socialist economics*. London: Penguin (1972).

- MUREL, P. (1983) Did the theory of market socialism answer the challenge of Ludwig von Mises? A reinterpretation of the socialist controversy. *History of Political Economy*, v. 15, n. 1, pp. 92-105.
- NELSON, R. (ed) (1993) *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University.
- NELSON, R. (1990) Capitalism as an engine of economic growth. *Research Policy*, v. 19, n. 1.
- NOVE, A. (1981) New light on Trostii's Economic Views. *Slavic Review*, v. 40, n.1, 84-97.
- NOVE, A. (1983) *The economics of feasible socialism*. London: George Allen & Unwin.
- NOVE, A. (1992) *An economic history of the USSR – 1917-1991*. London: Penguin, Third Edition.
- OHKAWA, K; KOHAMA, H. (1989) *Lectures on developing economics: Japan's experience and its relevance*. Tokyo: University of Tokyo.
- PARETO, V. (1902) *Lês systèmes socialistes* (Tome I et Tome II). Paris: Marcel Giard (1926).
- PAULA, J. A. (2003) Plano, programa e projeto: a experiência brasileira. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 13, p. 101-125.
- PREOBRAJENSKY, E. (1926) *A nova economica*. Rio de Janeiro: Paz & Terra (1979).
- ROEMER, J. (1994) *A future for socialism*. Cambridge, Mass.: Harvard University.
- ROSDOLSKY (1968) La barrera histórica de la ley del valor: manifestaciones de Marx acerca del orden social socialista. In: *Genesis y estructura de El Capital de Marx*. México: Siglo XXI Editores (1978).
- SCHUMPETER, J. (1942) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SCHUMPETER, J. (1954) *History of economic analysis*. London: Allen & Unwin (1986)
- SIMON, H. (1992) Organization and markets. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 2, pp. 25-44.
- STIGLITZ, J. E. (1994) *Wither socialism?* Cambridge, Mass: MIT.
- TAYLOR, F. (1929) The guidance of production in a socialist state. In: LIPPINCOTT, B. E. (ed) *On the economic theory of socialism*. New York: McGraw-Hill (1964).
- WILLIAMSON, O. (1985) *The economic institutions of capitalism*. New York: The Free Press.
- WRIGHT, E. O. (2006) Compass points: towards a socialist alternative. *New Left Review*, v. 41, Sept/Oct, pp. 93-124 (<http://newleftreview.org/?getpdf=NLR27506>).